

Capítulo 8

As quebradeiras de coco babaçu e as suas estratégias de luta e mobilização ¹

The coco babaçu breakers and their strategies for fighting and mobilizing

Milena Botelho Azevedo Lena ²

Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior ³

1 Introdução

Às mulheres têm sido delegadas inúmeras responsabilidades ao longo do tempo, sendo que as atividades vinculadas ao lar, como cuidar dos filhos e da casa, são consideradas menores, desimportantes e, portanto, invisibilizadas. A filósofa e escritora Nancy Hartsock (1983) fez um apanhado histórico do materialismo feminino, concentrando-se nas categorias que o marxismo não foi capaz de historicizar: o trabalho sensorial na produção de seres humanos através da gestação, do parto e da criação de crianças; e os trabalhos de nutrição e de subsistência de todos os tipos feitos pelas mulheres.

Para além das diferenças ideológicas, diferentes autores afirmam que a categorização hierárquica das faculdades humanas e a identificação das mulheres sob uma concepção degradada da realidade corporal, foi

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores deste capítulo são plenamente responsáveis por todo seu texto e figuras, inclusive fotos.

² Jornalista. Mestra em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins (PPGCOM-UFT). E-mail: milazev@gmail.com.

³ Jornalista. Mestre em Educação. Doutor em Comunicação (UFBA). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM-UFT). Coordenador do Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). E-mail: gilsonportouft@gmail.com.

historicamente instrumental para a consolidação do poder patriarcal e para a exploração masculina do trabalho feminino (CAMURÇA, 2007; COSTA, 2013; TOSCANO; GOLDENBERG, 1992). Desse modo, a análise da sexualidade, da procriação e da maternidade foi colocada no centro da teoria feminista e da história das mulheres (MCLAREN, 2006).

Para compreender o papel da mulher na sociedade capitalista deve-se, inicialmente, analisar as condições sociais e históricas nas quais o corpo se tornou elemento central e esfera de atividade definitiva para a constituição da feminilidade. O corpo é, para as mulheres, o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência; sendo que o corpo feminino, por sua vez, foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como um meio para a reprodução e a acumulação de trabalho. Neste sentido, pode-se compreender a importância que o corpo feminino adquiriu – em todos os seus aspectos: maternidade, parto, sexualidade – tanto na teoria feminista quanto na história das mulheres (CAMURÇA, 2007; COSTA, 2008; MCLAREN, 2006; TOSCANO; GOLDENBERG, 1992).

Em todo o mundo, mulheres estão envolvidas nas mais diferentes áreas e atividades laborais, competindo com os homens em termos de conhecimento e desempenho, todavia, na grande maioria das vezes, as mulheres ganham até 30% menos do que os homens ocupando o mesmo posto de trabalho (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2002). No Brasil, de acordo com dados publicados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), em 2018, as mulheres receberam 70% dos rendimentos dos homens, índice que em 2016 chegou a 72% dos salários pagos aos homens (ROSCOE; RITA, 2019). Este posicionamento do mercado e das corporações sinaliza, entre outros aspectos, que todo o avanço relativo ao acesso das mulheres à educação, inclusive ocupando a maior parte das cadeiras do ensino superior, não foi suficiente para transpor o abismo socioeconômico existente entre os dois gêneros.

Por outro lado, em determinados contextos, o trabalho das mulheres se constitui enquanto uma atividade importante que compõe o

desenvolvimento econômico das regiões nas quais elas trabalham. Mas não somente isso, essas mulheres são também, em sua maioria, chefes de família, responsáveis integrais pelo sustento do lar. Ainda assim, a atividade laboral feminina é marginalizada. Essa realidade está estreitamente conectada à análise deste estudo, que tem como objeto o trabalho e a luta de centenas de mulheres extrativistas do coco babaçu por melhores condições sociais, econômicas e políticas pelo reconhecimento de seu trabalho.

As quebradeiras de coco babaçu da região do Bico do Papagaio, no Estado do Tocantins, são uma amostra de milhares de comunidades espalhadas pelo país que dependem da nossa rica diversidade de biomas preservados e respeitados. Ao debruçar-se sobre o universo de luta pelo uso da terra, depara-se com histórias de violência, ameaças e conflitos permeadas pelos interesses expansionistas da fronteira agropecuária, da especulação imobiliária e de projetos geridos pelo governo.

Como as quebradeiras de coco babaçu, diversos povos e comunidades que vivem na “região dos babaçuais” – situada na área de transição amazônica – sobrevivem do agroextrativismo de alguns recursos naturais, tal atividade se constitui como o sustento de suas famílias. A atividade extrativista realizada pelas quebradeiras é tradicional e cultural e, por muito tempo, passada de geração em geração. A luta de mulheres, quilombolas, indígenas e agroextrativistas pelo acesso à terra é antiga e muito importante, tendo em vista que o acesso ao território é fundamental para a sobrevivência das quebradeiras de coco, fortalecendo sua luta pelo direito a terra, território, preservação da cultura e dos recursos naturais e pontuando os seus desafios e conquistas.

Comunidades tradicionais, como as remanescentes de indígenas e os quilombos, povoam várias regiões brasileiras e por muitos anos ficaram esquecidas e silenciadas pela política colonialista vigente. Com a Constituição Federal de 1988 – por meio do Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias –, essas comunidades tornaram-se objeto de interesse de pesquisadores. Esse movimento contribuiu para que a história

desses sujeitos, no caso específico desse trabalho, de milhares de mulheres quebradeiras de coco babaçu da Região do Bico do Papagaio do Estado do Tocantins, não continuasse invisível aos olhos da maioria e muitas vezes desconsiderada pelo Estado. Essa história compreende as lutas e os modos de vida próprios dentro dos seus territórios, que foram se transformando e construindo para preservar a memória e cultura do seu povo.

Por algum tempo, essas comunidades tradicionais beneficiaram-se dessa invisibilidade e usaram estratégias silenciosas de relacionamento para permanecerem nos locais que ocupavam. Em outro momento, tiveram que alardear a sua existência; sentiram a necessidade de dar nome ao seu modo de vida e mostrar a importância do trabalho que desenvolviam naquela região, pois entenderam que era o jeito de combater o avanço de invasores sobre suas terras e os babaçuais.

Nesse cenário, iniciou-se o movimento das quebradeiras de coco babaçu, chamado de Movimento Babaçu livre criado na década de 1980⁴. Estas mulheres se reuniram coletivamente para denunciar as diferentes violências e mazelas sofridas por elas para a realização da sua atividade laboral, reivindicando o direito do acesso à terra e a uma política de valorização do coco babaçu; além de denunciar as precárias alternativas de geração de renda existentes naquele momento. O Movimento das Quebradeiras de coco babaçu foi protagonizado pela quebradeira Raimunda Gomes da Silva (*in memoriam*), popularmente conhecida como Dona Raimunda.

Além de protagonizar o movimento, Dona Raimunda protagonizou também o documentário “Raimunda, a quebradeira” produzido e dirigido pelo documentarista Marcelo Silva em 2006. O audiovisual, foi vencedor de diferentes premiações, dentre elas a etapa tocantinense do DocTV III e tinha como principal objetivo dar visibilidade ao movimento das

⁴ Nomear o movimento como Babaçu livre fez referência a principal reivindicação das quebradeiras de coco babaçu: o acesso livre às terras que continham a palmeira que dá o coco babaçu e a proibição de sua derrubada por parte dos latifundiários. Isso acontecia porque diferentes latifundiários ocuparam ilegalmente as terras da região e impediam que as quebradeiras entrassem em “suas” propriedades para catar o coco.

quebradeiras, assim como denunciar todas as precariedades da vida e as violências sofridas por elas ao longo tempo.

Tendo passado quase 14 anos da gravação do referido documentário, algumas questões nos inquietaram: Como esse audiovisual influenciou no protagonismo feminino local? Quais contribuições o documentário ofertou à comunidade local? Nesse sentido, temos como objetivo analisar e compreender de quais formas o documentário “Raimunda, a quebradeira” influenciou no protagonismo feminino das quebradeiras de coco babaçu, assim como as contribuições ofertadas à comunidade local.

Temos como hipótese que um filme/documentário é capaz de gerar transformações sociais na comunidade objeto da produção cinematográfica, ampliando a sua percepção sobre realidades do sócio ambiente; que é capaz de projetar a comunidade em outros espaços, promovendo desenvolvimento, ou ampliando as possibilidades de validação da causa perseguida pelas pessoas envolvidas.

Destaca-se, por sim, que a produção do documentário “Raimunda, a quebradeira” foi resultado de uma relação estreita construída entre o produtor, Marcelo Silva, e a Dona Raimunda. Portanto, não se trata de uma produção descolada e/ou alheia à realidade dessas mulheres e sim o resultado de um intenso envolvimento entre as partes com o objetivo de transformar a realidade local. Assim, não estamos olhando para o documentário como o mais importante elemento dessa luta e sim como mais um instrumento que contribuiu com ela.

2 O território, as quebradeiras e o documentário: confluências de uma luta

2.1 A região do Bico do Papagaio e os enfrentamentos da coleta do coco babaçu

Eu vou escrever um poema
Que veio a minha inspiração
Do sofrimento do povo, da nossa reunião

Povo pobre, abatido, mas resiste à opressão
Aqui até 74 tinha grande alegria
Pobre era dono das terras e trabalhava onde queria
Tirava a alimentação pra sustentar a sua família
Quando fizeram a estrada, assim fala os companheiros
Que foram perdendo as terras por causa do dinheiro
E os pobres tão sofrendo no maldito cativeiro” (SILVA, 2007)

O trecho acima é ilustrativo da vida de parte dos moradores da região conhecida como Bico do Papagaio, localizada no Estado do Tocantins, região norte do Brasil. Lá vivem centenas de mulheres que assumiram a luta e o protagonismo em meio a um contexto no qual o que mais ressoa é a ausência de recursos financeiros, estruturais e educacionais, dentre tantos outros. O que sobra é a escassez, a pobreza e dificuldades de todas as ordens. Por outro lado, observa-se a fartura de afeto, solidariedade e vontade de mudar a realidade vivida por elas.

Na década de 1970, a região do Araguaia-Tocantins, geograficamente formada pelo norte do Estado do Tocantins, oeste do Maranhão, Sul do Pará e o Norte Araguaia de Mato Grosso, enquadrou-se no escopo de um planejamento estratégico do governo militar, que tinha como objetivo o desenvolvimento econômico desta região e compunha um plano ampliado de potencialização da economia do país como um todo. Estava incluso nesse planejamento a vida dos cocais, coadjuvando, entre outros aspectos, com uma vida, em tese, mais saudável. Tudo isso fazia parte de um plano maior, que previa a modernização dos processos produtivos e o aproveitamento das riquezas naturais da Amazônia, e a massa pobre de camponeses importava apenas como mão de obra circunstancial na produção de alimentos e em alguns empreendimentos extrativos. Assim, diversos conflitos foram travados pelas terras da região, uma vez que os interesses dos trabalhadores locais eram diferentes dos grandes blocos latifundiários que pretendiam se apossar das terras. Essa é uma das muitas memórias relatadas pelas mulheres quebradeiras de coco babaçu no documentário “Raimunda, a quebradeira”.

Os laços comunitários são fortes componentes listados pelas quebradeiras, pois são erguidos sob o peso da luta. A produção é fruto do trabalho comum, não importando a configuração do grupo, grande ou pequeno, é comum a colaboração. A comercialização individual do carvão – produzido a partir da casca do babaçu – quebrava a cadeia de solidariedade existente nas práticas tradicionais do trabalho, portanto o trabalho coletivo assumia uma grande importância. Este aspecto tornava a vida de cada uma parte da composição da vida do outro, na representação de tenacidade de vínculo fraterno comunitário. Estes são os caminhos percorridos pelo grupo de mulheres neste contexto extrativista do babaçu, este é o alimento que possibilita enfrentar as mudanças, que forma o caráter, frente a transformações, nem sempre agradáveis e interessantes ao grupo.

É antiga a importância do extrativismo do babaçu para os pequenos agricultores do interior do Maranhão, Piauí e Tocantins – principais Estados produtores de babaçu. A atividade sempre foi complementar à agricultura e considerada pelas famílias como um recurso alternativo com o qual se pode contar “nos momentos [...] de precisão” (MARTINS, 2000, p. 134). O coco babaçu se apresenta, enquanto produto, importante tanto pelo consumo direto quanto pelos recursos obtidos com a venda das amêndoas e de outros subprodutos. Para a população extrativista de babaçu, estimada em cerca de 400 mil pessoas, este recurso natural supre várias necessidades pelas diversas utilidades às quais se presta, sobre as quais falaremos mais adiante.

São as mulheres quem tradicionalmente se ocuparam dessa atividade extrativista do coco babaçu. Em 2007, ano da gravação do documentário, o quilo do coco era vendido por pouco mais do que R\$ 1,00 o kilo⁵. Cada quebradeira consegue quebrar no máximo 10 quilos por dia. Do coco

⁵ Informações disponíveis em: <http://gonzagacosta.blogspot.com/2015/08/coco-babacu.html>; <https://ambientedomeio.com/2008/10/18/garantia-de-preco-para-babacu-ajudara-mais-de-80-mil-mulheres-noma/>; <http://faepapb.com.br/noticia/trabalho-de-valor-preco-minimo-para-o-coco-babacu/>; <http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2014/07/quebradeiras-de-coco-babacu-do-maranhao-conseguem-melhorar-renda.html>. Acesso em: 27 de abril de 2020.

coletado pelas quebradeiras, retiram-se, em unidades familiares autônomas, as amêndoas, que posteriormente são destinadas à comercialização, que é feita pelo quitandeiro ou pelo bodegueiro. Estes são os primeiros agentes de uma rede de intermediários que adquirem a produção de amêndoas das extrativistas de toda uma área e as repassam para o comerciante regional, o que torna possível transacionar maiores volumes com as indústrias. No período da gravação do documentário, o pagamento do extrativista era normalmente feito em gêneros, abastecidos nas quitandas pelo comerciante regional. No conjunto, os intermediários ficavam com cerca de 40 a 45% do valor pago pela indústria pelo quilo da amêndoa (DESER, 2007). Na perspectiva das quebradeiras a economia e os usos são mensurados da seguinte maneira:

Da palha a gente faz o cofo, da casca faz o carvão pra nós cozinhar, do bago de coco a gente vende pra comprar os alimentos e também tirar o azeite pra fazer o sabão e lavar roupa e temperar também com azeite. Tira o leite também pra botar num feijão, num peixe, numa fava, comer com farinha. Da coqueira nós não destrói nada (RAIMUNDA, 2007, 00:08:59).

Além disso, as folhas da palmeira do babaçu servem para cobrir as casas; da amêndoa é possível extrair o óleo e o leite; e do mesocarpo, camada intermediária do coco, se faz uma farinha bastante nutritiva que é servida às crianças. O coco é ainda matéria prima para a produção de sabão; e seus produtos, o óleo e a castanha, são comuns na culinária local e na produção de cosméticos. Portanto, a palmeira e o coco são tanto fonte de renda quanto complementos na alimentação. O babaçu (*Orbignya phalerata*) produz seus frutos, os cocos, quando a planta tem idade superior a oito anos. Esses cocos aparecem em cachos que podem render até 500 frutos; as amêndoas ficam dentro do coco (Figura 1 e Figura 2).

Figura 1 – Amêndoas de coco babaçu



Fonte: Material de divulgação do Documentário “Raimunda, a quebradeira”

Figura 2 – Quebra do coco babaçu para a extração da amêndoa



Fonte: Material de divulgação do Documentário “Raimunda, a quebradeira”

Inicialmente, o aproveitamento econômico do babaçu se concentrou na extração do óleo obtido das amêndoas, utilizado como matéria-prima nas indústrias alimentícia, de higiene e de limpeza. No Brasil, a produção de óleo de babaçu se intensificou em meados da década de 1940, e em 1960 o óleo de babaçu ocupava o terceiro lugar na produção brasileira de óleos vegetais. Ainda na década de 1960, em função de estímulos para a industrialização, instalou-se no Maranhão um parque de beneficiamento do babaçu que chegou a contar com cerca de 50 indústrias, acontecimento importante na economia do referido estado.

Todavia, a questão da extração das amêndoas nunca foi alvo de ações públicas integradas, constituindo-se a instabilidade da oferta no maior problema para o desenvolvimento da economia do babaçu. Esta instabilidade decorria principalmente das incertezas do trabalhador em relação à atividade: por não ter garantias em relação a terra que ocupava, adquiria comportamento nômade na busca constante por outras terras nas quais pudesse trabalhar. Os deslocamentos dessas populações se deram em função de políticas que incentivaram, na Amazônia, a implantação de atividades intensivas como a pecuária, a monocultura de soja e a silvicultura, o que provocou concentração de terras e desmatamentos. Por outro lado, os deslocamentos levaram à abertura de novas frentes de ocupação; as pressões sobre a terra estimularam a organização de movimentos de resistência dos trabalhadores e esse conjunto de fatos culminou em conflitos pelas terras e seus recursos naturais.

Nessa época, trabalhadores rurais já se organizavam em associações e sindicatos, marcados pelo protagonismo masculino e que tinham o apoio da Igreja Católica e de entidades de defesa dos direitos humanos. Nos sindicatos de trabalhadores rurais, o babaçu emerge como tema aglutinador e ensaia-se a inserção política das mulheres por serem elas as primeiras impactadas com a privação do recurso extrativista.

No início dos anos 1980, as mudanças no uso da terra provocaram queda na produção agrícola familiar e no extrativismo do babaçu. Intensificaram-se os movimentos de organização coletiva que, diferente do período anterior, passaram a contar com o protagonismo das mulheres, que assumiram a identidade de quebradeiras de coco babaçu; o que se deu pela abrangência regional e pela temática voltada para questões em torno do babaçu tais como: a garantia de acesso, preservação e apropriação de resultados com o aproveitamento econômico do recurso.

Uma das conquistas desta organização foi a aprovação, em 1997, da primeira Lei municipal do Babaçu Livre (nº 005/1997) que garantiu às quebradeiras de coco o livre acesso aos babaçuais e impôs restrições à

derrubada de palmeiras. Tem-se também nesse período os primeiros projetos extrativistas de reforma agrária e as primeiras Reservas Extrativistas, que em muito contribuíram para o fortalecimento da organização social. Entretanto, o mercado de óleo de babaçu sofreu forte impacto em função da concorrência com a soja e pela redução das alíquotas de importação para similares, provocando retração significativa no parque industrial instalado no Maranhão. Face a isso, desenvolveram-se novas oportunidades de mercado, baseadas na valorização do caráter socioambiental, artesanal e tradicional da produção, organizada de forma cooperativa pelas associações de extrativistas.

Desse período resulta uma forte organização social e política em torno da atividade extrativista do babaçu, estimulada ainda pela necessidade de resistência às pressões e pelos incentivos ao fortalecimento do protagonismo local. Sobre a organização produtiva e econômica da atividade, no entanto, não se identificam mudanças significativas. As mudanças introduzidas no processo produtivo não atingiram a etapa inicial de extração da amêndoa que, à exceção de iniciativas pontuais privadas, continuou a ser feita de forma artesanal. Da mesma forma, a despeito dos avanços alcançados pelas experiências cooperativas de produção e comercialização localizadas, não se observa a disseminação das conquistas em outras regiões produtivas, permanecendo a atividade, no exame do seu conjunto, como secundária e suficiente apenas para a subsistência.

2.2 Dona Raimunda, as quebradeiras de coco e suas lutas

Na Figura 3, a narradora do documentário, Dona Raimunda, lembrou o tempo em que percorria babaçuais coletando e quebrando coco. Paralelo aos seus relatos, o documentário mostrou como era um dia de trabalho de quebradeiras de coco babaçu que viviam isoladas entre os pequenos povoados e as matas que lhes serviam como local de trabalho. Vítimas de preconceito, sendo este apenas mais uma forma de violência a

qual estavam sujeitas, as quebradeiras de coco viam-se também vítimas de abandono pelo Estado e, na maioria das vezes, pelos companheiros. Nos anos 80 do século XX, período da criação do movimento Babaçu Livre – assunto que será abordado mais adiante – todas essas questões serviram como pano de fundo de uma nova fase que permitiu a quebra do paradigma dominante na atitude das mulheres.

Dona Raimunda, a “quebradeira” protagonista do documentário e do movimento, caracteriza-se pelos traços físicos e pelo temperamento forte, daqueles que são marcados por processos psicossociais relevantes. De linguagem simples, Raimunda Gomes da Silva, era uma negociadora nata. De posse de um tom diplomático, entrava e saía com facilidade e desenvoltura de qualquer ambiente, quer fosse uma reunião sindical ou uma reunião com o governador do Estado.

Figura 3 – Raimunda Gomes da Silva



Fonte: Print screen de Raimunda (2007)

Filha de agricultores nascidos no Maranhão, Dona Raimunda fazia parte de uma família de 10 irmãos. Casou-se aos 18 anos, mas, em meio a uma relação difícil, decidiu abandonar o marido 14 anos depois e criar sozinha os seis filhos, trabalhando como lavradora. Na sua constante migração à procura de trabalho, chegou ao Bico do Papagaio, onde moravam 52 famílias. Ao se instalar na região e se deparar com os problemas de lá, Dona Raimunda começou a mobilizar companheiros para a criação de sindicatos rurais, com o objetivo de levar trabalho comunitário para a região e proteger os moradores das ameaças de grileiros.

No início da década de 1980, a quebradeira conquistou um espaço importante para que sua voz pudesse ser ouvida, tornou-se animadora e catequista da comunidade. Três anos mais tarde, em 1983, um novo padre chegou a São Miguel para fermentar de vez a nascente militância de Raimunda, tratava-se do padre Josimo Tavares, assassinado três anos depois a mando de fazendeiros e autoridades da região do Bico do Papagaio. Logo após, a quebradeira começou a ganhar espaço denunciando o crime contra o religioso e atuando na defesa das 400 mil mulheres, aproximadamente, que passou a representar. Dona Raimunda ajudou a criar a Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio (ASMUBIP); a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins (FETAET) e a Secretaria da Mulher Extrativista do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), da qual foi titular por dez anos.

A luta de Raimunda e das quebradeiras perdurou por décadas e em 2008 conquistaram a aprovação da lei estadual chamada de “Lei do Babaçu Livre”, que garantiu a não derrubada das palmeiras de babaçu que os fazendeiros colocavam abaixo, queimavam ou envenenavam e a permissão para que as quebradeiras entrassem nas propriedades privadas para recolher o coco babaçu. O documentário retratou o trabalho dessas mulheres que adentram as matas e as fazendas para coletar o coco babaçu (Figura 4).

Figura 4 – Quebradeiras de coco trabalhando



Fonte: Print screen de Raimunda (2007)

Por sua atuação na defesa dos direitos das mulheres quebradeiras de coco, Dona Raimunda recebeu, em 2003, o prêmio Bertha Luz, concedido pelo Senado Federal às mulheres que tenham oferecido relevante contribuição na defesa dos direitos da mulher e questões do gênero no Brasil. Em 2005, integrou a lista mundial das mil mulheres que concorreram ao prêmio Nobel da Paz. Em 2009, recebeu o título de Doutora *Honoris Causa* da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e, em 2013, recebeu o Diploma Mulher-Cidadã Guilhermina Ribeiro da Silva, da Assembleia Legislativa do Tocantins.

A trajetória de Raimunda diz sobre as mulheres da região, personagens de histórias de abandono e vítimas de todas as formas de violência, inclusive a institucional que, em maior ou menor escala, é capaz de comprometer o presente e o futuro destas mulheres.

Conforme mostrado anteriormente, o debate acerca do extrativismo do babaçu envolve questões como a conservação, os conhecimentos tradicionais e conflitos socioambientais, entre outros; sobretudo porque essa atividade enfrenta o impedimento da quebra do coco babaçu nas áreas de fazendas agropecuárias. As grandes fazendas e latifúndios da região iniciaram o movimento de desbastar as áreas de palmeiras para implantar os campos e pastos da pecuária leiteira e de corte, bem como as monoculturas da soja e arroz. Para Almeida; Shiraishi; Martins (2005), esse crescente cerceamento e privatização dos campos foram o estopim para a produção das leis que tratassem sobre a questão.

Esses conflitos pela posse da terra estouraram na década de 1980, litígios sem comprovação cartorial da propriedade e ameaçaram os territórios tradicionais que foram moradia de diferentes grupos durante muitos anos. Grileiros e fazendeiros agiram de forma violenta: ameaçavam e expulsavam as comunidades presentes nas terras; cercavam áreas; e expulsavam as famílias do babaçal, negando a elas pequenos pedaços de terra onde não era possível fazer roça e nem acessar o babaçu.

Tais acontecimentos favoreceram o ingresso das quebradeiras no movimento sindical, o que proporcionou o contato entre mulheres que

exerciam o mesmo ofício em outros estados. Elas, então, descobriram similaridades nos problemas vivenciados e perceberam que não estavam sozinhas. Dessa união, cria-se, no início dos anos 1990, o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). O Movimento foi gestado com trabalho coletivo e apoiado por uma rede de organizações: associações, clubes, cooperativas, grupos de mulheres, entre outros. Todas essas instituições lutavam e lutam pela preservação dos babaçuais; pela garantia dos direitos das quebradeiras de coco à terra e ao território; pelo acesso livre às palmeiras de babaçu; por políticas governamentais voltadas para o extrativismo; e, ainda, pela equidade de gênero.

Em depoimentos feitos no documentário, muitas mulheres quebradeiras contaram que, antes da criação da Associação – momento no qual tinham medo de entrar nos babaçuais cercados – chegaram a arrendar terras por aproximadamente R\$ 1.500,00 para três mulheres catarem por vez os cocos de babaçu. Mesmo pagando pelo uso da terra, o acesso aos pés de babaçu era restrito, caracterizando-se como um modelo exploratório incompatível com a realidade dessas comunidades. As quebradeiras pagavam um valor que muitas vezes mal conseguiam juntar, por medo de utilizarem as terras “sem autorização”. Nessa época, a amêndoa do coco babaçu era vendida no mercado a vinte centavos o quilo, e elas lembram com tristeza desse período.

É no ímpeto de dar visibilidade a todas essas questões que Marcelo Silva propôs a produção do documentário “Raimunda, a quebradeira”, produção audiovisual que nasceu da amizade entre o diretor e as lideranças dos grupos de mulheres quebradeiras de coco da região do Bico do Papagaio, especialmente com a Dona Raimunda. Essa amizade começou no início da década de 90, quando Marcelo Silva foi designado para a produção de matérias jornalísticas sobre enchentes, conflitos de terra e epidemias que aconteciam na região do Bico do Papagaio. Nessa oportunidade Marcelo e Dona Raimunda se conheceram porque ela morava na região afetada pela enchente. Pouco a pouco a causa das quebradeiras de coco foi ganhando visibilidade em diferentes espaços.

Sem muito espaço na mídia para mostrar a realidade que vivem, as quebradeiras de coco aceitaram a proposta do diretor de gravar o documentário. A intenção delas era denunciar as dificuldades e os problemas que enfrentavam na região. Em entrevista verbal concedida em 2007, o diretor Marcelo Silva contou que desde que tomaram a decisão, tudo sobre elas o interessava. Ele explicou ainda que a questão social foi o principal fator que o influenciou a documentar a história de Dona Raimunda e de suas colegas quebradeiras. E, por isso, elaborou um projeto que foi financiado pelo DOC TV, do Ministério da Cultura.

O documentário foi exibido não apenas para a comunidade local (da região das quebradeiras de coco), mas também em diferentes Estados do Brasil e países do mundo, como a França. Em grande parte das exibições, o diretor se colocava disponível ao final da exibição para dialogar com os espectadores interessados em conhecer e/ou saber mais sobre as quebradeiras, suas lutas, entre outros aspectos.

Conforme afirma Bernardet (1985 apud HOLANDA, 2006), para que se passe do conjunto das histórias individuais à classe e ao fenômeno, é preciso que os casos particulares apresentados conttenham os elementos necessários para a generalização e apenas eles. Essa limpeza do real condicionada pela fala da ciência permite que o real expresse o particular; que o particular sustente o geral; e que o geral saia de sua abstração e se encarne, ou melhor, seja ilustrado por uma vivência (BERNARDET, 1985 apud HOLANDA, 2006). Esse foi o percurso assumido pelo diretor que partiu do conjunto de histórias individuais para chegar à coletividade.

Diante do exposto, percebe-se como Dona Raimunda e as quebradeiras de coco, em meio aos conflitos que viviam em relação à sua atividade de subsistência, começam a se reunir e a estabelecer diferentes modos de se comunicarem entre si – igrejas, momentos de colheita do coco, nas suas casas, entre outros – e a se comunicarem com outras instâncias da sociedade ao se reunirem em associações, sindicatos e outros modos associativos. Esse movimento, além de proporcionar a elas espaços de luta, de voz e de partilha, se constitui também em lugar de visibilidade

e circulação de sua cultura. Assim, o conjunto de práticas de trabalho e de luta dessas mulheres poderá ser perpetuado ao longo do tempo.

Peruzzo (1992) afirma que a comunicação através dos movimentos populares, sobretudo o operário e o sindical, ocorridos entre os anos de 1970 e 1980, proporcionaram maior visibilidade à ação de grupos populares marginalizados que tinham como pautas as lutas por melhores condições de vida, saúde, segurança. Para a autora, a comunicação popular desse período foi mais uma alternativa de participação horizontal, comunitária e dialógica. Porém, o sentido político permaneceu o mesmo, ou seja, o fato de tratar-se de uma forma de expressão de segmentos excluídos da população, não deixa de ser um processo de mobilização visando atingir interesses e a suprir necessidades de sobrevivência e de participação política (PERUZZO, 1992).

Portanto, o movimento empreendido pela Dona Raimunda, as quebradeiras de coco e demais grupos da região se constituiu como um movimento de comunicação popular que tinha como objetivo denunciar as mazelas de sua sobrevivência. Ainda que tenha sido uma organização de grupos considerados marginalizados, permaneceu o sentido político por reivindicarem ações daqueles que por muito tempo os invisibilizaram. Nesse sentido, a produção do documentário se configurou como mais um instrumento importante não só de denúncia e visibilidade, mas também como uma forma de preservar a história e a cultura local.

Garantir que as quebradeiras de coco possam continuar a exercer a sua atividade, além de ser elemento de subsistência e preservação da biodiversidade local, é também um modo de manter vivas as tradições e as culturas locais. Há, portanto, uma preocupação com a preservação desse bem imaterial do território e de quem detém o conhecimento sobre as tradições que são os mais velhos e eles as transmitem por meio da oralidade. Perde-los, ao priva-los de suas atividades laborais, é perder também elementos de sua cultura. Hampaté Ba (1978, apud MASCARENHAS; OLIVEIRA, 2017) afirma que “um velho que morre é uma biblioteca que se incendeia”, surgindo daí a importância das pessoas

mais velhas dessas comunidades e a séria preocupação de conservação das tradições e, conseqüentemente, a preocupação de preservar a memória ancestral.

Diante disso, pode-se afirmar que as ações empreendidas pelo Movimento do Babaçu Livre tiveram a comunicação popular, nos seus diversos modos, como um elemento central na luta pelos direitos e que se conformou como seu principal instrumento de luta.

3 Considerações finais

O processo comunicativo e a luta permitiram que as quebradeiras de coco se descolassem da natureza – o que não significa abandoná-la – e passassem a ser vistas enquanto sujeitos sociais, sujeitos políticos. Essa transformação não as beneficiou apenas politicamente, mas também no âmbito pessoal, aumentou a autoestima, valorizou o seu trabalho e afirmou a elas que a história delas também é muito importante. Verificou-se, ainda, que o MIQCB teve suas origens na igreja católica, local no qual a Dona Raimunda empreendeu suas primeiras lideranças nesse sentido e, pouco a pouco, outras instituições compuseram o movimento, tais como os sindicatos, associações, entre outras, reforçando a característica coletiva e associativa do movimento.

O documentário foi uma importante ferramenta de denúncia das mazelas e/ou questões sociais, e, também, de transformação da realidade. Percebeu-se, então que, no período anterior à produção do referido audiovisual, a região e as quebradeiras já vinham tendo uma certa visibilidade da mídia, já haviam sido realizadas algumas matérias e outros sujeitos haviam demonstrado interesse em produzir material semelhante. Todavia, o fato de Marcelo Silva, diretor do documentário, ter conquistado a confiança da Dona Raimunda e das outras quebradeiras, deu a ele a possibilidade de empreender tal ação e também de produzir um material mais fiel, mais próximo da realidade vivenciada por elas.

Com isso, afirma-se que, embora outros materiais tenham sido produzidos anteriormente ao documentário e possibilitado certa

visibilidade às quebradeiras, o fato de Marcelo Silva ter se envolvido pessoalmente com elas e produzido um material, até então inédito, que poderia circular em diferentes espaços, possibilitou que o audiovisual fosse incorporado como mais um instrumento de luta, denúncia e comunicação do movimento. Isso possibilita confirmar a quarta hipótese traçada: que a produção cinematográfica, com a chance de ser exibida em um contexto universal, pode possibilitar novos arranjos locais e que os movimentos políticos de realização do filme têm forte vinculação com os resultados advindos dele.

Tendo em vista que as mulheres quebradeiras de coco babaçu constituem um importante referencial histórico para a região Bico do Papagaio, o fato de o documentário ter dado voz a essas mulheres, possibilitou que ele fosse se conformasse enquanto um importante instrumento de visibilidade dentro e fora do território brasileiro. Com isso, afirmou e reafirmou o protagonismo feminino no trabalho, na luta e nas questões sociais que permearam e permeiam a sua existência.

Referências

- ALMEIDA, Alfredo W. B.; SHIRAISHI, Joaquim N.; MARTINS, Cynthia C. **Guerra ecológica nos babaçuais**: o processo de devastação das palmeiras, a elevação do preço de commodities e o aquecimento do mercado de terras na Amazônia. São Luiz. Lithograf, 2005. p 33.
- BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX. **Cadernos Pagu**, [s.l.], n. 17-18, p.157-196, 2002.
- CAMURÇA, S. Nós mulheres e nossa experiência comum. Reflexões para transformação social. **Cadernos de Crítica Feminista**, ano I, n. 0, Recife, dez. 2007
- COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, [s.l.], v. 5, n. 2, p.1-20, 19 fev. 2013.
- DESER (Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais). **A cadeia produtiva do babaçu**: estudo exploratório. Curitiba, 2007. Convênio MDA Nº 112/2006.

HARTSOCK, Nancy. The Feminist Standpoint: Developing the Ground for a Specifically Feminist Historical Materialism. In: HARDING, Sandra; HINTIKKA, Merrill B (Eds.). **Discovering Reality: Feminists Perspectives on Epistemology, Metaphysics, Methodology, and Philosophy of Science**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1983.

HOLANDA, Karla. Documentário Brasileiro Contemporâneo e a Micro-História. **Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 3, n. 1, p.1-12, mar. 2006.

MARTINS, Cynthia Carvalho. **Agricultura e garimpo na lógica camponesa: os deslocamentos como categoria de análise**. 2000. 222 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2000.

MASCARENHAS, Mayre Dione Mendes da Silva; OLIVEIRA, Sidney da Silva. Narrativas, Tradições Oraís e suas manifestações nos Territórios Quilombolas África e Laranjituba, Moju Pa: a narrativa do Emu – a bebida sagrada. In: **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História**, 2017, Brasília. Universidade de Brasília. Brasília: Universidade de Brasília, 2017. p. 1 - 17.

MCLAREN, Margaret A. **Foucault, Feminismo e Subjetividade**. São Paulo: Intermeios, 2006.

PERUZZO, Cílicia Maria Krohling. **Comunicação dos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis - RJ: Vozes, 1992.

ROSCOE, Beatriz; RITA, Bruno Santa. Diferença salarial entre homens e mulheres atinge todas as classes sociais. **Estado de Minas**. Belo Horizonte. 08 mar. 2019. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2019/03/08/internas_economia,1036224/diferenca-salarial-entre-homens-e-mulheres-atinge-todas-as-classes-soc.shtml>. Acesso em: 15 nov. 2019.

SILVA, Raimunda Gomes da *in*: **RAIMUNDA, a quebradeira**. Produção de Marcelo Silva. Bico do Papagaio: Tv Cultura, 2007b. (52 min.), son., color.

TOSCANO, M.; GOLDENBERG, M. **A Revolução das mulheres: um balanço do feminismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1992.